



MISES: Interdisciplinary Journal of Philosophy Law and Economics

ISSN: 2318-0811

ISSN: 2594-9187

Instituto Ludwig von Mises - Brasil

Kux, Mathias Negrão
Como a Democracia Pode Sobreviver?
MISES: Interdisciplinary Journal of Philosophy Law and Economics,
vol. 6, núm. 3, 2018, Setembro-Dezembro, pp. 509-517
Instituto Ludwig von Mises - Brasil

DOI: 10.30800/mises.2018.v6.531

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=586364184004>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais informações do artigo
- Site da revista em redalyc.org

redalyc.org
UAEM

Sistema de Informação Científica Redalyc

Rede de Revistas Científicas da América Latina e do Caribe, Espanha e Portugal

Sem fins lucrativos acadêmica projeto, desenvolvido no âmbito da iniciativa
acesso aberto

Como a Democracia Pode Sobreviver?

*Mathias Negrão Kux**

Resumo: Em 2018, o brasileiro se depara com um importante processo democrático na Nova República representado pelas eleições, que irão definir os rumos do Brasil para os próximos anos. Este artigo tem por objetivo propor soluções para resolver ou atenuar os problemas teóricos e práticos encontrados em um regime democrático. Para tal, foram utilizadas as ferramentas metodológicas do núcleo de pesquisa da Escola Austríaca, incorporando nas instituições democráticas aqueles elementos presentes no processo de livre mercado que o tornam desejável. Ficou demonstrado como as soluções propostas tornam o sistema democrático mais adequado para atender aos interesses dos cidadãos.

Palavras-Chave: Democracia, Política, Sistema Eleitoral, Processo de Mercado, Escola Austríaca

How Can Democracy Survive?

Abstract: In 2018, Brazilian people face an important democratic process in the New Republic represented by the elections, which will define Brazil's course for the coming years. This article aims to propose solutions to solve or mitigate the theoretical and practical problems encountered in a democratic regime. For that, the methodological tools of the research center of the Austrian School were used, incorporating, in the democratic institutions, those elements present in the free market process that make it desirable. It was shown how the proposed solutions make the democratic system more suitable to take the interests of the citizens into account.

Keywords: Democracy, Politics, Electoral System, Market Process, Austrian School

Classificação JEL: A11, B53, D72

* Mathias Negrão Kux é pós-graduando em Escola Austríaca (UniÍtalo - IMB)
e-mail: mathiaskux@hotmail.com

Introdução

Não há dúvida de que a democracia se tornou o sistema de governo mais abrangente no mundo atual. Segundo o site *Our World in Data* (ROSER, 2018), em 2009, a maioria dos países já operava no sistema democrático e, em 2015, mais de 4 bilhões de pessoas já viviam sob o regime da democracia.

A democracia é comumente relacionada à liberdade política, à riqueza e ao desenvolvimento humano. De acordo com Gianturco (2018, p. 217), existe uma forte correlação entre democracia e crescimento econômico, porém não há consenso se existe a relação de causa e consequência entre as duas variáveis.

Apesar de todas as conquistas reivindicadas pelo sistema democrático, é consensual a percepção de que esse sistema político possui muitas falhas. O ex-primeiro-ministro inglês Winston Churchill é recorrentemente citado como um crítico da democracia, tendo cunhado frases que se perpetuaram, como: “O melhor argumento contra a democracia é uma conversa de cinco minutos com um eleitor mediano”.

Este artigo pretende, então, explorar as diversas críticas ao sistema democrático e propor soluções para estes problemas.

“(...) uma constituição democrática é um dispositivo que concede aos cidadãos, na esfera política, aquela mesma supremacia que o mercado lhes confere na sua condição de consumidores.” (MISES, 2010a, p. 190)

Essa citação de Mises norteia todo este estudo. O objetivo é apresentar soluções para os problemas que surgem no sistema democrático. Para tal, o processo de mercado, visto sob a ótica da Escola Austríaca, será a fonte e a fundação sobre a qual serão construídas essas propostas.

Nesse contexto, a ideia de “democracia” será utilizada no sentido mais pragmático do termo: um sistema de *governo* institucional, no qual os cidadãos elegem seus representantes e são permitidos a expressar suas opiniões políticas. Esta definição é feita com o intuito de explicitar o assunto tratado, pois pode-se utilizar definições mais amplas como “governo do povo”, que podem ser menos precisas.

Um crítico pode argumentar que a Venezuela não é um regime democrático, uma vez que há repressão popular, censura, dentre outros problemas. Ao mesmo tempo, países que fornecem uma grande representação popular, porém sob regime monárquico, aristocrático ou oligárquico podem ser apresentados como “democracias *de facto*”, já que possuem as características que as democracias aspiram, como liberdade política e algum nível de participação popular.

Além disso, segundo Mises (2010a, p. 330) o capitalismo é a democracia do consumidor, pois a cada dia os consumidores votam (sendo cada dólar, um voto) pelos estabelecimentos que mais satisfazem as necessidades de consumo. Nesse sentido, pode-se traçar um paralelo entre ambas as ideias, mas aqui ela será ignorada, uma vez que o foco será na democracia enquanto sistema *político* – o intuito é propor uma solução para as decisões políticas, e não usar a economia como muleta para resolver os problemas que as instituições democráticas se mostraram incapazes de solucionar.

Também não será levada em conta a crítica de Rothbard (2013, p. 38) aos governos atuais que, segundo ele, se apropriaram das terras de seus proprietários naturais legítimos e praticam o monopólio do uso da força e da violência. Segundo essa linha de pensamento, o Estado é uma gangue de bandidos que pratica roubo, assassinato e escravidão

(chamados popularmente de imposto, guerra e serviço militar, respectivamente). Nesse sentido, a democracia apenas possibilita que todos os cidadãos tenham a possibilidade de ingressar no aparato estatal e praticar tais atos de agressão. Porém, a discussão se centrará no funcionamento e manutenção das instituições democráticas tais como elas existem *hoje* e supondo sua voluntariedade. Portanto, não será abordado o estudo ou a discussão da legitimidade do processo histórico ou contemporâneo que deu origem ao governo e/ou o Estado.

Novamente, ressalto a razão dessas limitações na definição e escopo. O objetivo é tratar do problema com a maior seriedade possível, indo ao cerne da questão e não utilizando desvios semânticos ou conceituais que possam levar a uma fuga da discussão. A análise deste artigo se assimilará ao trabalho de um mecânico consertando um automóvel. O mecânico não está interessado em saber como seu cliente pagou pelo automóvel, quais foram as motivações psicológicas para a compra ou indicar alternativas que venham a substituir o automóvel de forma mais conveniente. O objetivo do mecânico é, apenas, fazer o automóvel voltar a funcionar e, se possível, melhorá-lo em alguma medida.

E este será o objetivo deste estudo.

1. Desenvolvimento

1.1 Os problemas da democracia

O primeiro passo para entender como a democracia pode sobreviver é analisar e entender quais são suas principais características indesejadas, bem como quais tipos de problemas ela se provou (empírica ou teoricamente) inapta a resolver.

Hoppe (2014) apresenta uma análise muito profunda e mostra como a preferência temporal aumenta sob um regime democrático (aumentando impostos, dívida pública e o grau de intervencionismo), bem como a tendência de centralização política e o desgaste de leis de proteção à propriedade.

Juntamente a essa análise, a *Public Choice* e a *Escola Austríaca* trazem o individualismo metodológico e nos mostram a importância de reconhecer o óbvio: que o Estado é formado, na verdade, por indivíduos. Além disso, nos mostram que os incentivos, atuando sobre cada um dos agentes políticos, são mal direcionados, fazendo com que os piores cheguem ao poder (HAYEK, 2010, p. 139).

Para que um sistema de governo funcione minimamente bem, de forma a atender os interesses do povo, é necessário que os incentivos (o auto interesse) do agente público estejam alinhados com o interesse da população sob seu regime. Nesse contexto, até mesmo um político sem altruísmo é capaz de desempenhar razoavelmente bem o papel de representante dos governados.

Em uma economia de mercado, é o auto interesse dos indivíduos que os leva a produzir bens de consumo para os demais indivíduos (SMITH, 2017). Cada indivíduo está interessado em produzir o que os outros indivíduos demandam, pois assim ele atingirá mais facilmente seus objetivos. Um mecanismo de incentivos com força similar está ausente na atuação do agente político na democracia.

Outra característica do mercado é que ele não exclui um grupo minoritário das opções de consumo. Se 70% da população deseja consumir carne bovina enquanto os 30% restantes desejam consumir vegetais, os empreendedores irão fornecer alimentos que mantenham ambas as populações satisfeitas. Em alguns cargos políticos, como o de

presidente da república, a minoria de 30% terá de conviver 4 anos com um presidente que lhe foi imposto pelos outros 70% dos votantes. Ou seja, as escolhas e opiniões de uma parte dos votantes será submetida à vontade da maioria.

Um quarto problema no sistema democrático será encontrado através de um método distinto, nem praxiológico, nem sociológico. A teoria de controle de sistemas dinâmicos, utilizada na Engenharia e na Matemática, analisa o tempo necessário para haver uma correção na saída de um sistema, uma vez que haja um desvio do comportamento desejado.

No contexto político-econômico, esse conceito pode ser revelado através da seguinte pergunta: quanto tempo demora para que o empresário capitalista sofra as consequências de um desagrado (produtos caros/de má qualidade/não desejados/descortesia) aos seus clientes? E quanto tempo um agente político eleito demora para sofrer as consequências de um desagrado (não cumprimento de promessas de campanha/votar leis em desacordo com seus princípios/gastar dinheiro público em excesso/entre outros.) aos seus eleitores? Estamos falando do efeito do *feedback* e do *atraso* em um sistema dinâmico.

Não será abordada a questão de forma numérica. Apenas constata-se que o capitalista sofre os efeitos desse “*feedback*” rapidamente e continuamente (dia a dia). O político só irá enfrentar seus eleitores no próximo ciclo eleitoral. No período intermediário, a insatisfação de seus eleitores pode permanecer sem expressão.

Note que não estou me referindo a um diálogo entre político e eleitor. Estou falando de um mecanismo que permita ao eleitor encerrar o mandato de um determinado político a qualquer momento do ciclo eleitoral. Na verdade, estamos falando de um ciclo eleitoral que, assim como o mercado faz

com o capitalista, funcione diariamente, ininterruptamente e rapidamente.

Em filosofia econômica, esse fenômeno abrange o falibilismo, a ordem espontânea e se resume no conceito de coordenação social, amplamente discutido por Hayek (1998).

Estes serão os quatro problemas fundamentais da democracia que serão trabalhados neste estudo. Para facilitar nossa comunicação, eles serão referidos, respectivamente, como:

- *O problema da preferência temporal;*
- *O problema dos incentivos;*
- *O problema da minoria;*
- *O problema do feedback.*

Pode parecer que o problema dos incentivos e o problema do *feedback* são, na verdade, iguais. Não são. O primeiro consiste no direcionamento das ações do indivíduo vislumbrando um Estado mais satisfatório e percebendo um determinado curso de ação como meio para se chegar a esse Estado (MISES, 2010a, p. 125). O segundo funciona como um diálogo com seu cliente (ou eleitor), como o mecanismo de correção de erros que ocorre nos processos falibilistas dos sistemas *hayekianos* (BARBIERI, 2013, p. 49).

Mesmo que o capitalista não tenha contato com o consumidor, tentará obter lucro na tentativa de satisfazê-lo. Ao mesmo tempo que isso ocorre, os diversos capitalistas encontrarão os produtos e processos preferidos do consumidor por tentativa e erro (com aprendizado) ao analisar seu lucro no decorrer da vida útil da empresa. De maneira simplificada, o primeiro se traduz na vontade presente em todo indivíduo de agradar e de se sacrificar para satisfazer os desejos do consumidor, o segundo se traduz na morte das empresas que têm prejuízo e na sobrevivência das que obtêm lucro ao mesmo

tempo que todos os agentes adquirem novo conhecimento tácito.

1.2 Soluções para os problemas da democracia

A seguir serão propostas algumas medidas que visam melhorar o sistema democrático, tentando resolver ou mitigar suas disfunções.

Como saber se os blocos se encaixam de forma a caminhar na direção certa? A ideia que norteia esse raciocínio é a relação voluntária presente no processo de mercado. Ao se constatar que o processo de mercado é uma relação voluntária entre indivíduos (nenhum indivíduo possui poder coercitivo sobre os demais) na qual todos os envolvidos ganham (relação *win-win*), pretende-se aproximar as relações políticas presentes no sistema democrático às relações do sistema de mercado. Em outras palavras, buscamos encontrar formas de implementar incentivos de mercado nas relações políticas entre as instituições democráticas.

Vale lembrar, contudo, de um elemento de importância crucial para qualquer sistema político que venha a funcionar de forma a representar da melhor forma os interesses da população (que é a proposta neste artigo). Se os eleitores não tiverem conhecimento, instrução, ou tiverem afinidade por políticas insustentáveis, não será um sistema político democrático mais eficiente que solucionará o problema. A mudança cultural será necessária para melhorar os resultados discutidos.

Não há a pretensão de se propor um sistema político sem falhas. Assim como o capitalista entrega ao consumidor aquilo que é demandado, mesmo que não seja a escolha mais saudável ou mais eficiente, o capitalista procurará satisfazer o consumidor. Para que sejam consumidos produtos de

melhor qualidade, o consumidor deve assim demandá-los. O mesmo se aplica à política. Se a população não desejar boas políticas, em grande medida, não receberá boas políticas.

Feita esta ressalva, avancemos, então, para as propostas que tentam salvar a democracia, adicionando a ela os elementos do processo de mercado.

1.2.1 O problema dos incentivos

Como alinhar os incentivos do político (ou representante do eleitor) com os objetivos do próprio eleitor? Ademais, como fazer o político ter preferência por programas que melhorem as condições de vida dos cidadãos mesmo que sejam contra a vontade destes?

Não parece haver nenhuma solução teórica para o caso. Pelo contrário, a teoria da ciência política prevê que os incentivos políticos atuem justamente para distribuir benefícios a grupos organizados às custas de todos os outros grupos.

É o caso da regulação de mercado. Políticos que regulam determinada atividade prejudicam a produtividade em relação ao capital investido (MISES, 2010b, p. 23). Nesse caso, grandes empresas já estabelecidas podem exercer pressão política para se criar regulações vantajosas a seus próprios processos de produção (TUCKER, 2018), os quais atuam como barreiras de entrada, prejudicando concorrentes, pequenas empresas e empreendedores de entrarem no mercado (INSTITUTO LUDWIG VON MISES BRASIL, 2017).

Em favor de um grupo (os produtores), os demais grupos (unidos como consumidores) são prejudicados. Numa segunda intervenção, um distinto grupo é beneficiado às custas dos demais. À medida que esse processo se espalha por toda a economia, todos os grupos perdem os incentivos para agir da forma

mais lucrativa e todos são prejudicados. É o resultado de um jogo de *soma negativa*.

Existe, porém, uma outra variável presente nesse contexto, uma variável que existe em toda e qualquer área da economia e que é essencial para se melhorar a qualidade e o preço de um produto ou serviço. A *competição*.

Segundo Hoppe (2018, p. 144), “Estados territorialmente menores e uma maior competição política tenderão a encorajar a moderação quanto à exploração estatal das pessoas produtivas”. Além da competição, em um Estado territorialmente menor, “a estupidez, a arrogância e a corrupção de políticos e dos plutocratas locais tornar-se-ão quase que imediatamente visíveis ao público e poderão ser corrigidas e retificadas rapidamente” (HOPPE, 2018, p. 145).

Além da regulação malífera, uma menor unidade política também estimula os agentes políticos a adotarem práticas muito mais saudáveis como redução de gastos públicos, cortes de impostos, redução na dívida pública, entre outros. Pois se não o fizerem, os cidadãos simplesmente se mudam para uma cidade vizinha na qual os políticos e burocratas não tenham adotado más práticas.

Então, parte da proposta é restringir o tamanho das unidades políticas, permitindo que os indivíduos “votem com os pés” pelas localidades com as melhores legislações. Uma vez cientes dessa possibilidade, os políticos têm um incentivo a mais para defender os interesses dos cidadãos como um todo, e não só de um grupo em detrimento dos demais.

Não há um limite para essa diminuição. Quanto menor o território sob jurisdição (um pequeno país, uma cidade, um bairro) melhores os resultados. Se levada ao extremo, essa medida leva à secessão individual.

1.2.2 O problema do feedback

“Votar com os pés” é uma ótima medida, pois também atua para melhorar a correção de erros do sistema *hayekiano*. É preferível, contudo, adicionar novas medidas desde que tenham sinergia entre si, reforçando as características uma das outras.

A próxima proposta tem por base um sistema de avaliação de cada um dos políticos, tal qual o Ranking dos Políticos.

Como os políticos são os maiores beneficiários da situação atual, não é fácil fazê-los votar leis que prejudiquem a si mesmos. A boa notícia é que mesmo os políticos mais corruptos também dependem de votos, portanto, se a população votar melhor, consequentemente teremos políticos melhores e, aos poucos, pode-se aumentar a qualidade dos nossos representantes públicos. Com o tempo, se conseguirmos dezenas de milhões de eleitores acompanhando o *Ranking*, além de colocar para fora os corruptos, ainda criaremos um forte incentivo aos demais políticos para se comportarem bem, pois saberão que se trabalharem mal, perderão pontos no *Ranking*. (RANKING DOS POLÍTICOS, 2018).

A ideia é avaliar os políticos para melhorar a consciência da população para as próximas eleições. Porém, se o período entre uma eleição e outra for muito longo, perdem-se preciosos meses (ou até anos) esperando o novo ciclo eleitoral para se remover um político de um determinado cargo público. Processos de impedimento são muito lentos, muito custosos e exigem uma mobilização política desproporcionalmente intensa em relação aos resultados.

Além disso, ao final de um mandato bem sucedido, há o inconveniente risco eleitoral para o mandato seguinte. O planejamento de cada membro de toda uma sociedade pode ir por água abaixo a cada ciclo.

É urgente encontrar uma solução para esse problema.

Precisa-se de um sistema que faça o político sentir a insatisfação do eleitor a todo momento, não apenas de quatro em quatro anos (que, aliás, é um período definido arbitrariamente). Tal qual o capitalista teme um consumidor insatisfeito, o político deve temer um eleitor insatisfeito.

A proposta é reformar o sistema eleitoral utilizando as novas possibilidades técnicas existentes na era digital. Trata-se de um sistema eleitoral dinâmico, funcionando 24 horas por dia, sete dias por semana, ininterruptamente.

A explicação dessa abordagem ficará mais clara através de um exemplo:

Suponha que tenhamos uma comunidade de 100 votantes, na qual 20 se apresentam como candidatos para cinco cargos públicos.

Cada um dos 100 votantes fará um voto e os cinco candidatos mais votados serão eleitos.

Até aqui, nenhuma diferença com o sistema de voto direto simples tradicional. A diferença começa agora:

O processo eleitoral não se encerra. A qualquer momento um eleitor pode alterar seu voto. Se o quinto político mais votado for ultrapassado pelo sexto mais votado, encerra-se o mandato de um e se inicia o mandato do outro. Pode-se incluir um período de “congelamento” para que o sistema não seja vandalizado ou não seja excessivamente dinâmico.

Por exemplo, assim que haja a troca de um político, quem assumiu o cargo terá um mandato com tempo mínimo de um mês, enquanto o político que teve seu mandato encerrado ficará inelegível por um mês. Esse tempo de “um mês” é arbitrário e pode ser definido qualquer intervalo de tempo relativamente longo para ele (um mês,

uma semana, um semestre, entre outros.). Enquanto isso, o mesmo processo ocorre com os demais candidatos em exercício, deixando-os sujeitos ao encerramento do mandato a qualquer momento.

Não há pretensão, por enquanto, de se discutir a viabilidade técnica de um sistema assim. Primeiramente, ele deveria ser eletrônico, altamente seguro e sempre disponível. A tecnologia de *blockchain* é uma excelente candidata tecnicamente.

As vantagens desse modelo eleitoral são imensuráveis. Se em um dia, um político votar uma lei que desagrada seu eleitorado, ele será imediatamente penalizado, podendo perder seu mandato no mesmo dia. Além disso, permite-se a renovação dos representantes políticos tão rápido quanto a população desejar, pode ser de um semestre ou tão lenta quanto uma década. Ou seja, o tempo de mandato para cada político não está previsto, podendo variar imensamente de indivíduo para indivíduo, de acordo com seu desempenho.

Outra vantagem é uma maior transparência em relação ao processo eleitoral, podendo diminuir (ou até eliminar) o número de fraudes por desvio ou não contabilização de votos. Cada “título eleitoral” estaria associado a um único voto por cargo público (ou mais, em alguns cargos, como no sistema brasileiro). Não seria mais necessária a pesquisa eleitoral ou a pesquisa de aprovação. Basta olhar os números *online* e saber qual o índice de aprovação de cada político.

É fácil perceber como isso aproxima o sistema político ao sistema de mercado. Os capitalistas estão sujeitos a essa pressão dia e noite, continuamente. A proposta é fazer os políticos sentirem o (esquecido) medo do eleitor, assim como o capitalista tem medo do consumidor.

1.2.3 *O problema da minoria*

Entendida a solução disruptiva proposta para o *problema do feedback* fica mais simples resolver o *problema da minoria*. Pode-se associar cada voto com um voto para um candidato que não se deseja.

Nesse sentido, toda a álgebra que pode ser proposta será puramente arbitrária, variando de acordo com a convenção de cada unidade política. Pode-se tornar inelegível o candidato com mais vetos, ou pode-se determinar o resultado subtraindo o número de vetos do número de votos (nesse caso, um político com 10 votos e 2 vetos, terá um resultado eleitoral de 8, enquanto um político com 9 votos e nenhum voto terá um resultado de 9 pontos).

Seguindo a lógica de mercado, cada região eleitoral pode determinar as regras independentemente e até mesmo por consenso ao se utilizar as ferramentas inovativas do *blockchain*.

Vale lembrar que esse modelo (incluindo voto) terá mais importância para cargos com menos vagas (como a de Presidente da República, no qual só há uma vaga). Em uma câmara dos deputados com, digamos, 500 vagas, a própria quantidade de cadeiras atenua o *problema da minoria* ao permitir que muitos candidatos sejam eleitos, aumentando a diversidade de opiniões (e se aproximando do sistema de mercado).

1.2.4 *O problema da preferência temporal*

Uma solução para o *problema da preferência temporal* já está dada pela solução conjunta dos outros três problemas.

Com unidades políticas menores, o que leva a uma maior competição entre os territórios, há o incentivo de se ter soluções políticas melhores para o curto e o longo prazo.

A solução para o *problema do feedback* é ainda mais importante. Graças a ela, não há necessidade de se adotar políticas de curto prazo para caberem no mandato, pois o mandato não tem data predefinida para terminar (pode se estender em função de bons resultados ou pode ser interrompido bruscamente devido a um fiasco político). Isso diminui enormemente a preferência temporal dos agentes políticos, permitindo que soluções de longo prazo possam ser discutidas com maior auto interesse, pois é possível que ainda se esteja no cargo para colher os frutos de uma política bem estruturada.

Ao mesmo tempo, uma política que não seja bem vista pela população (como aumento dos impostos), pode resultar no encerramento do mandato de quem a fez (num primeiro momento) e de quem a aprovou (se a classe política não tiver feito a conexão entre os fatos ou os tenha ignorado).

Escândalos de corrupção seriam imediatamente punidos de acordo com o julgamento de cada indivíduo. O júri é o próprio povo. Se uma quantidade suficiente dos indivíduos decidir pelo encerramento do mandato, assim será. E não há conluios ou acordos políticos que o impeçam de ser destituído. A opinião dos indivíduos deve ser absoluta.

Conclusão

Demonstrou-se como uma menor área territorial promove competição e incentivos a atender aos desejos da população e permitindo a migração de uma área para outra. Também ficou claro que um sistema de eleições ininterrupto, que funciona no mercado desde sempre, pode ser uma das chaves para se eliminar muitos incentivos perversos atuantes sobre os agentes políticos.

Com as implementações propostas, se espera obter um sistema democrático muito mais eficiente, que atenda aos interesses dos cidadãos e que faça a classe política representar de fato a população. Ainda que seja difícil implementar a maioria das propostas sugeridas (divisão territorial e sistema eleitoral contínuo), espera-se que, uma vez em vigor, façam a democracia ser muito mais salutar em defender os interesses dos indivíduos, ao invés de – como acontece hoje em todo o mundo – dividir a sociedade em grupos antagônicos clamando por mais intervencionismo como forma de resolver os problemas criados pelo próprio intervencionismo e se afundam juntos na pobreza promovida pelos incentivos perversos da política democrática atual.

Ainda assim, um automóvel ainda é um automóvel. Como tal, está sujeito a várias limitações físicas e conceituais. No momento que o automóvel deixar de ter rodas e passar a ter hélices, se tornará um helicóptero. Sem fugir ao conceito da democracia, muitos aprimoramentos podem ser realizados com amplos resultados, beneficiando toda a população, porém ainda será uma democracia e, como tal, nunca poderá se livrar de alguns problemas éticos intrínsecos a esse sistema de governo, que são tão prejudiciais à vida dos indivíduos.

Bibliografia

- BARBIERI, F. **A Economia do Intervencionismo**. 1^a. ed. São Paulo: Instituto Ludwig von Mises Brasil, 2013.
- INSTITUTO LUDWIG VON MISES BRASIL. Como as regulações estatais prejudicam os pequenos, protegem os grandes, e afetam os consumidores. **Mises Brasil**, 2017. Disponível em: <<https://www.mises.org.br/Article.aspx?id=2769>>. Acesso em: 4 jun 2018.
- GIANTURCO, A. **A ciência da política: uma introdução**. 2^a. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2018.
- HAYEK, F. A. **O caminho da servidão**. 6^a. ed. São Paulo: Instituto Ludwig von Mises Brasil, 2010.
- HAYEK, F. A. V. **Law, Legislation and Liberty**. London: Routledge, v. 1, 1998.
- HOPPE, H. H. **Democracia: o Deus que falhou**. 1^a. ed. São Paulo: Instituto Ludwig von Mises Brasil, 2014.
- HOPPE, H. H. **Uma breve história do homem: progresso e declínio**. 1^a. ed. São Paulo: LVM Editora, 2018.
- MISES, L. V. **Ação Humana**. 31^a. ed. São Paulo: Instituto Ludwig von Mises Brasil, 2010a.
- MISES, L. V. **Uma Crítica ao Intervencionismo**. 2^a. ed. São Paulo: Instituto Ludwig von Mises Brasil, 2010b.
- RANKING DOS POLÍTICOS. Sobre o Ranking. **Ranking dos Políticos**, 2018. Disponível em: <<http://www.politicos.org.br/ranking>>. Acesso em: 4 jun 2018.
- ROSER, M. Democracy. **Our World in Data**, 2018. Disponível em: <<https://ourworldindata.org/democracy>>. Acesso em: 2 jun 2018.
- ROTHBARD, M. N. **Por uma nova liberdade: o manifesto libertário**. 1^a. ed. São Paulo: Instituto Ludwig von Mises Brasil, 2013.
- SMITH, A. **A riqueza das nações: uma investigação sobre a natureza e as causas da riqueza das nações**. 4^a. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2017.
- TUCKER, J. O Facebook e o governo: uma demonstração prática de como as regulações funcionam. **Mises Brasil**, 2018. Disponível em: <<https://www.mises.org.br/Article.aspx?id=2874>>. Acesso em: 4 jun 2018.